

## TERRITÓRIOS CORPORATIVOS E A PRODUÇÃO DE ZONAS DE SACRIFÍCIO: O CASO TKCSA NO RIO DE JANEIRO

Thiago Damas<sup>1</sup>

### Resumo

Nesse trabalho, trato da problemática da produção de zonas de sacrifício à luz de conflitos territoriais na Baía de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro. Desde a década de 1960 a baía vem sendo palco de grandes empreendimentos industriais e logísticos. Mas a partir dos anos 2000, com o boom do mercado das commodities, houve uma intensificação bastante significativa na implementação de projetos de grande envergadura, alterando completamente condições pré-existentes e redefinindo cotidianos de diversos modos de vida e organização social. Neste artigo buscamos compreender os territórios corporativos dos grandes projetos neoxtrativistas e seus mecanismos de contenção, expropriação e acumulação para o uso corporativo dos bens comuns. Tomamos como referencial empírico um projeto de grande envergadura instalado às margens da Baía de Sepetiba: A Companhia Siderúrgica do Atlântico do grupo Thyssenkrupp (TKCSA) que fica no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

### Introdução

A Baía de Sepetiba vem sendo definida por movimentos sociais, ambientalistas e acadêmicos que discutem (in)justiça ambiental como uma *zona de sacrifício*. Essa expressão é cunhada para designar localidades em que se observa a concentração de empreendimentos e instalações perigosas, responsáveis por danos e riscos ambientais, que, via de regra, são áreas onde o valor da terra é relativamente baixo e as pessoas estão em condições de vulnerabilidade social (baixa escolaridade e renda, pouquíssima ou nenhuma representatividade nos processos decisórios, articulação de moradores efêmera ou inexistente). No caso do Rio de Janeiro as *zonas de sacrifício* são marcadas pelo *racismo ambiental*, pois o fator raça está diretamente relacionado às populações mais vulneráveis, havendo portanto uma imposição desproporcional de rejeitos perigosos aos corpos negros.

Desde a década de 1960 a baía se tornou palco de grandes empreendimentos industriais e logísticos. Mas a partir dos anos 2000, com o *boom* do mercado das *commodities*, houve uma intensificação bastante significativa na implementação de

---

<sup>1</sup> Sou geógrafo e mestrando em Planejamento Territorial e Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense (PPGEO-UFF). Construo o Núcleo de Estudos sobre Territórios, Ações coletivas e Justiça (NETAJ-UFF), espaço de pesquisa, constante troca de ideias e amizade. Contato: thiagodamas@id.uff.br

projetos de grande envergadura. De ampliação de estruturas preexistentes, para intensificar e dinamizar a produção, à construção de novos condomínios industriais, rodovias e complexos portuários, petroquímicos e siderúrgicos compõem uma gama de empreendimentos urbano-industriais altamente poluidores que estabelecem uma dinâmica claramente vertical onde se territorializam. Se inserem produzindo assimetrias sociais, expropriando territórios, explorando pessoas e privatizando bens comuns. Trata-se de uma *necroeconomia* (ARÁOZ,2016), um modelo que prioriza o crescimento econômico e somente se sustenta com a exploração da vida em suas formas elementares.

Os grandes projetos estabelecem intervenções necessárias para o uso privado de bens comuns e exploração do trabalho, constituindo *territórios corporativos* cuja legitimidade é proferida pelos signos da modernidade e desenvolvimento e o *modus operandi* cria e recria mecanismos de desapropriação, de saque dos bens da natureza, de incorporação (violenta) de mão de obra, de produção de subjetividades. Além desses mecanismos de dominação há também o descarte de rejeitos poluidores que comprometem a saúde coletiva e toda e qualquer forma de vida. São territórios que rasgam cotidianos e aniquilam outras formas de agir, pensar e ser. Se constituem produzindo a inexistência de outrem<sup>2</sup>.

Para não cair na armadilha das adjetivações conceituais, que muitas vezes cristaliza a complexidade e movimento dos fenômenos, quero deixar claro que o que conceituo como *território corporativo* é arranjo, processo e movimento. Trata-se de múltiplos atores e escalas que se articulam na esfera política (com coalisões institucionais e alianças para viabilizar o licenciamento, a implementação e o funcionamento do grande projeto, além de garantir os *ajustes espaciais* necessários com intervenções de infraestrutura); na esfera econômica e produtiva (especulação na bolsa de valores, investimentos públicos e privados, extração de matéria prima, circulação de mercadorias e excreção de rejeitos, proletarianização de povos tradicionais e outras formas de vida); e na produção de novas subjetividades (o ideário do desenvolvimento e crescimento

---

<sup>2</sup> Boaventura de Souza Santos (2017) estabelece cinco lógicas de produção de não existência pela razão metonímica (que toma a parte pelo todo): o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Os territórios corporativos são pensados e constituídos sob a lógica da acumulação produtiva e qualquer outra experiência é desperdiçada, o que reforça a ideia de que não há alternativas ao desenvolvimento capitalista.

econômico, a inserção no mercado e maior capacidade de consumo, a exaltação dos empregos formais em detrimento a outras formas de existir).

Neste artigo buscamos compreender os territórios corporativos e seus mecanismos de contenção, expropriação e acumulação para o uso corporativo dos bens comuns. Trata-se de arranjos produtivos que aniquilam outras possibilidades de existência e geram constantes impactos ambientais e riscos à saúde coletiva, ou seja, produzem *zonas de sacrifício*. Tomamos como referencial empírico um projeto de grande envergadura instalado às margens da Baía de Sepetiba: A Companhia Siderúrgica do Atlântico do grupo Thyssenkrupp (TKCSA) que fica no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

Para tal compreensão, trabalharemos três momentos no texto: no primeiro faremos uma breve contextualização da agenda de grandes projetos implementada no Rio de Janeiro para atender o mercado de *commodities*, principalmente os ramos minero-metalúrgico e petrolífero. Nessa etapa, faremos reflexões teóricas sobre acumulação por espoliação e a territorialização das corporações no espaço Fluminense. No segundo momento, apresentaremos o caso TKCSA, contextualizando o empreendimento e mergulhando nos impactos e mecanismos de dominação, dos quais identificamos: violações à legislação ambiental brasileira; danos à saúde coletiva; regimes de desapropriação; contenções; intimidação, cooptação e criminalização da resistência. Por fim, teremos um balanço das ideias gerais, considerando as questões que o estudo de caso nos trouxe e os caminhos apontados pelos sujeitos em luta, por outras formas de vida e seus saberes e fazeres.

### **O Rio de Janeiro na agenda dos empreendimentos: Territórios corporativos e o interesse geopolítico na Baía de Sepetiba**

A ordem econômica, política e ideológica, sustentada pelo *boom* dos preços internacionais de matérias primas e dos bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e potências emergentes coloca o Rio de Janeiro como importante eixo de beneficiamento e circulação do extrativismo corporativo. O estado recebe vultuosos investimentos e obras de infraestrutura, passando por uma série de (des)ajustes

espaciais<sup>3</sup> com a implementação de grandes projetos industriais e logísticos. Esse processo é chamado de reestruturação produtiva, cujo sentido é:

(...)transformar o nosso estado [Rio de Janeiro] em uma das principais plataformas de beneficiamento (processo industrial que agrega o mínimo de valor a matérias primas, necessário a sua comercialização) e exportação de *commodities* do país (produtos primários negociados no mercado internacional. No caso do Rio de Janeiro, petróleo, minério de ferro, celulose e etanol). E pretende, ao mesmo tempo, reorganizar a cidade do Rio de Janeiro para que ela possa ser vendida ao mundo como um centro especializado em serviço de alto valor agregado (no caso: Turismo, Gestão de negócios e Inovação). (MESENTIER, 2010 p.2)

A estratégia de reestruturação produtiva em curso no Rio de Janeiro fica clara quando analisamos os documentos e planos de desenvolvimento elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em especial os “Planos Estratégicos do Estado do Rio de Janeiro” e os “Mapas de Desenvolvimento do Rio de Janeiro” de 2006-2015 e 2016-2025. Nesses documentos, são projetados os investimentos e o ordenamento territorial necessário para a acumulação, ou, como usualmente proferido pela federação, para “alavancar o crescimento econômico”.

Os (des)ajustes em curso no Rio de Janeiro, assim como em diversos lugares da América Latina, são compostos por um conjunto de sistemas técnicos, estruturas sociais e institucionais que se materializam em rodovias, complexos industriais, corredores logísticos, ferrovias, siderúrgicas, grandes portos, dentre outros empreendimentos. Trata-se das mediações espaciais necessárias para a exploração e circulação dos corpos e da natureza convertida em *commodities*.

Os grandes projetos territorializam-se sob a égide do paradigma territorial hegemônico, que *vê o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado, a terra-território como instrumento de dominação, recurso basicamente funcional, dentro de uma economia ainda fundamentada pelo modelo extrativo-agro-exportador* (HAESBAERT,2014. P.54). Constituem territórios

---

<sup>3</sup> HARVEY(2005) recorre a Hegel, Von Thünen e Marx para responder questionamentos sobre o papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo. O autor constata que tanto no colonialismo e no imperialismo, quanto na economia globalizada, o capitalismo cria e recria dispositivos de expansão para amortizar a superacumulação, ou seja, transformar o capital excedente em ativos no mercado (lucrar com o excedente). Nesse movimento de expansão há a necessidade de estabelecer ajustes espaciais para garantir a infraestrutura para a acumulação de capital e proletarianização da força de trabalho. Se do ponto de vista do capitalismo os empreendimentos industriais e logísticos são ajustes, na perspectiva dos povos tradicionais e entrançados comunitários são desajustes, que colocam em xeque seus modos de vida. Considerando as distintas perspectivas, utilizo o termo “(des)ajuste”.

corporativos que produzem inexistências, suprimem outros territórios estabelecem contenções, *regimes de desapropriação*<sup>4</sup> e espoliação, para garantir o uso privado das empresas. Esses territórios corporativos constituem e são constituídos por uma trama de práticas e interesses que envolve empresários de transnacionais brasileiras e estrangeiras, investidores nacionais e internacionais e parlamentares.

O papel do Estado, fortalecido por essa coalisão de forças, é essencial para garantir a ampla gama de processos de acumulação que fora desenhada ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Velhas e novas práticas tecem uma trama complexa de dominação, afinal cada fase do capitalismo atual acompanha um retorno ao espectro mais violento da acumulação primitiva. Nesse sentido, o papel das regulamentações (taxações, reconhecimentos legais, isenções, etc.) e da violência do Estado (seja por meio da polícia ou pela reprodução das constantes exceções) é essencial, conforme destaca David Harvey:

(...) mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender da maneira vital de agir do Estado. (HARVEY, 2014 p.121)

O retorno ao espectro mais violento da acumulação primitiva para constituição do Estado brasileiro remete a colonização. A população atingida pela violência do Estado possui cor da pele e traços bem demarcados. O racismo é institucionalizado, e as práticas exercidas através de políticas públicas ou decisões econômicas concebem frequentemente as etnias negra e indígena como anormais, degenerados, improdutivos, aqueles que oferecem perigo. Não à toa, os problemas socioambientais, a violência urbana e no campo o encarceramento sistemático, e uma série de outras injustiças cotidianas são direcionadas à esses grupos étnicos. Constantemente a função assassina do Estado – seja por meio do

---

<sup>4</sup>Quando detentores de meios de coerção desapropriam determinados grupos para o benefício de outro grupo de forma consistente para uma gama coerente de propósitos, podemos chamar isso de um “regime de desapropriação”. Visto que, na maioria das circunstâncias, os Estados são os agentes principais da desapropriação e, além disso, apresentam a probabilidade maior de apresentar uma consistência em seus padrões de desapropriação (LEVIEN, 2014 p.37)

poderio militar (polícia, forças armadas) ou por meio de projetos e empreendimentos destrutivos e excludentes – é assegurada pelo racismo.

Com relação ao plano de desenvolvimento econômico, a estratégia para o crescimento adotada pelo Estado brasileiro a partir dos anos 2000, em particular nas gestões Lula e Dilma, visou projetar o Brasil como importante *player* no mercado de *commodities*, fortalecendo as empresas multinacionais brasileiras e lhes garantindo infraestrutura necessária. Esse fortalecimento encontrou uma forma peculiar, onde o Estado se tornou sócio ativo da maioria das empresas do país a partir de grandes investimentos aplicados através do BNDES e de fundos de pensão, conforme aponta Raul Zibechi:

Os dois governos de Lula, em particular o segundo (2007-2010), demonstraram uma dupla função do Estado: como financiador de grandes empresas para fortalecer grupos econômicos e como investidor de grandes obras de infraestrutura, com o que se denomina Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). (...) Uma das principais características do capitalismo brasileiro nos últimos anos consiste na escolha de “campeões nacionais”, ou seja, grandes grupos privados para fazê-los competitivos no mundo. Não se trata do apoio a gestão empresarial, mas de um Estado convertido em ator de fusões e megaoperações e, portanto, em sócio ativo da maioria das empresas do país. (ZIBECHI, 2012 p.159-160)

Por se tratar de governos de bases sociais populares, a relação entre sindicalistas e fundos de pensão faz do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) uma das principais fontes de recursos para os investimentos em grandes projetos. Além do FAT, outros fundos privados nacionais e internacionais passaram a ser ativos importantes nos investimentos dos grandes projetos. O aumento de arrecadação do FAT e a aplicação de grandes quantias desse fundo nos desembolsos do BNDES, faz do banco o maior financiador de capital a longo prazo do país. Os desembolsos vão dos R\$ 17,9 bilhões em 1997 à R\$190 bilhões em 2013, apresentando queda nos anos seguintes, chegando a R\$ 88,3 bilhões em 2016.



O BNDES é parte fundamental do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Criado em 2007 e assumindo sua segunda fase em 2011 (PAC II), o programa se apresenta como principal pilar do extrativismo corporativo no Brasil, uma vez intensifica os (des)ajustes espaciais necessários para o aumento da produção e circulação de capitais e mercadorias, garantindo recursos para a execução de grandes obras de infraestrutura urbana, logística e energia no país.

**Evolução do desembolso BNDES - em R\$ bilhões. Fonte: BNDES**

Além dos investimentos financeiros, esse modelo de desenvolvimento só é possível através da construção civil. Dessa maneira, a associação do Governo Federal com grandes construtoras se fortalece, afinal, Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Construtora OAS não são importantes transnacionais brasileiras? Ao mesmo tempo em que se garante a infraestrutura necessária para os grandes empreendimentos, se fortalece as gigantes da construção civil. No Rio de Janeiro, assim como nos diversos estados do Brasil, essas empresas tem forte atuação tanto na produção do espaço como em seu controle, conforme destaca MESENTIER:

Com o processo de privatizações ocorrido durante a década de noventa, boa parte da infraestrutura de nosso estado [Rio de Janeiro] passou a ser controlada por esses grupos. Por exemplo, a Construtora OAS através da Inespar controla a Linha Amarela S/A Lamsa e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro. A Camargo Corrêa (16,35%) e a Andrade Gutierrez (15,41%) controlam a CCR que detém as concessões das rodovias Presidente Dutra, Rio Petrópolis, Ponte Rio Niterói [hoje controlada pela concessão EcoPonte] e Via Lagos. (MESENTIER, 2010 p.3)

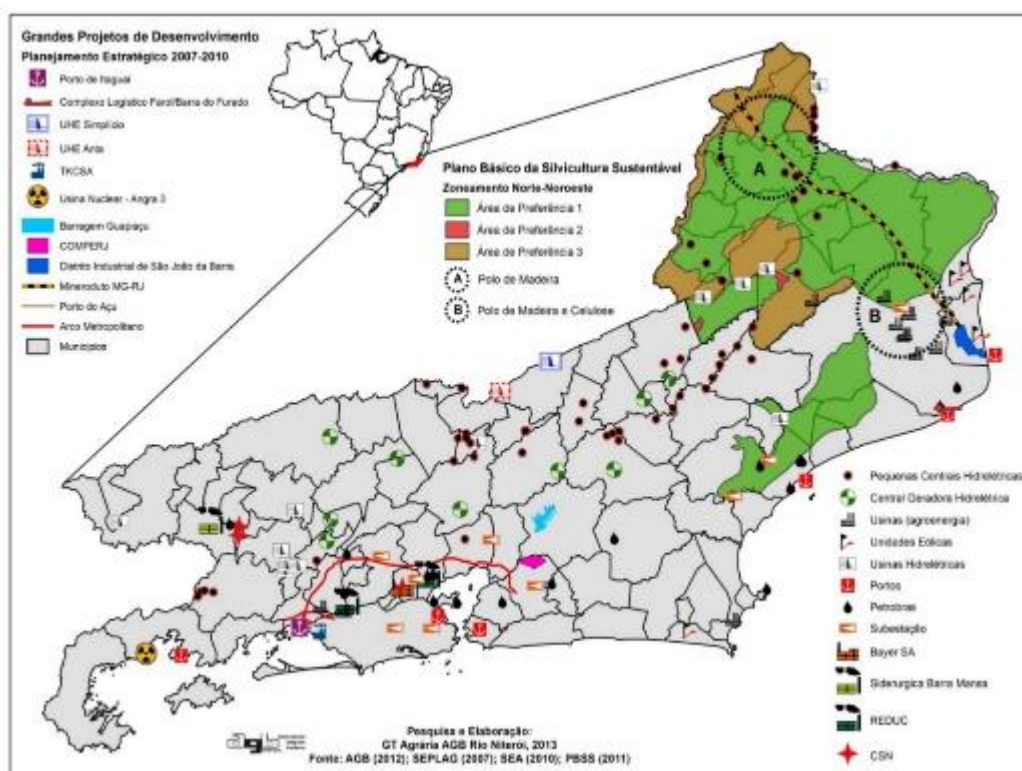
As principais obras do PAC e do PAC II no estado do Rio de Janeiro convergem os interesses das grandes transnacionais agro-petro-mínero-exportadoras com as transnacionais brasileiras do ramo da construção civil. Afinal são obras de grande envergadura que movimentam cifras estratosféricas. Segundo MESENTIER (2012) 90% das obras do programa no Rio de Janeiro beneficiaram diretamente esses dois setores. Não há ineditismo na lista de grandes empresas do extrativismo corporativo, são velhas conhecidas do capitalismo internacional que articularam os grandes projetos no Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Dentre elas, se destacam: TKCSA (empreendimento que em primeiro momento

---

<sup>5</sup> Atualmente há uma reconfiguração nas empresas que envolve repasses e vendas de empreendimentos. Por exemplo a TKCSA que inicialmente era controlada pela Vale S.A e pela ThyssenKrupp, em um segundo momento a Vale vende sua parte das ações (pelo valor simbólico de US\$ 1,00) para a ThyssenKrupp (que passa a controlar todo o empreendimento) e em 2017 é vendida por um terço de seu valor para o grupo

foi conjunto entre a ThyssenKrupp e a Vale.S.A), Gerdau, Grupo EBX (e os ramos LLX, MMX, OGX) e seus empreendimentos, MRS Logística, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Votorantin, Petrobrás (COMPERJ, REDUC), Repsol, Chevron, Vale S.A, Projeto Minas-Rio (mineroduto), Porto do Açu, dentre outras.

A escolha de localização desses grandes empreendimentos não é pautada somente a partir do interesse estratégico, mas também a partir do crivo racista do Estado brasileiro, que oferece subsídios, isenções e direcionam investimentos para a realização de projetos insalubres de alto poder destrutivo para a periferia, onde reside – no caso do Rio de Janeiro – população de maioria negra. O avanço desses empreendimentos criam verdadeiras *zonas de sacrifício* que nos distanciam cada vez mais das condições de autodeterminação da vida e nos afundam nas entranhas *necroeconômicas* do capital que superexplora corpos e mentes, destrói a natureza e outras formas de vida e cria sentidos para a realização da acumulação global.



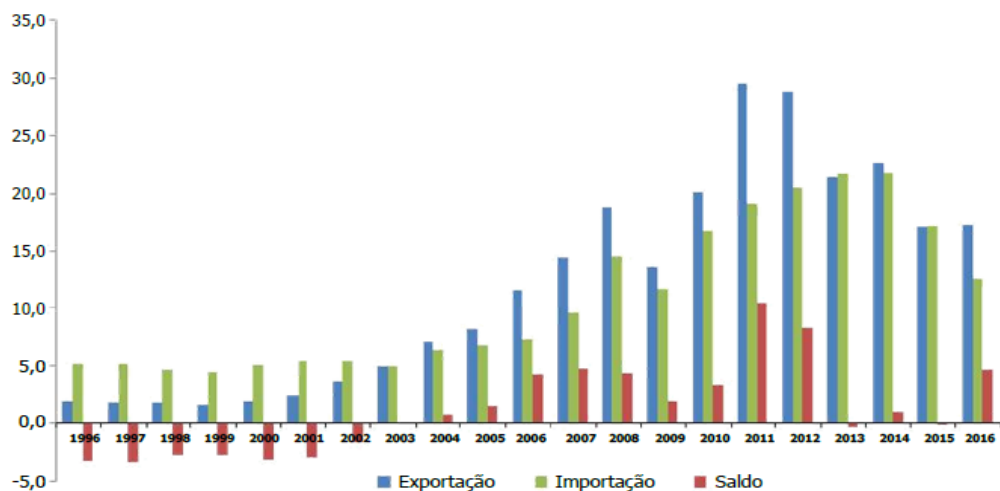
**Grandes projetos de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro. Fonte: GT Agrária AGB Rio-Niterói.**

argentino Ternium (que é acionista da Usiminas). Trata-se de um complexo jogo de falências, vendas e aquisições no mercado financeiro.



A guinada do extrativismo corporativo no estado do Rio de Janeiro potencializou a participação do estado na balança comercial brasileira e o crescimento das exportações de produtos básicos. Tratando-se da participação nas exportações brasileiras, o Rio de Janeiro ocupava a quinta posição em 2002 e saltou para a terceira em 2014. Houve um crescimento expressivo no volume das exportações a partir dos anos 2000, o estado saiu de uma participação de cerca de US\$ 2 bilhões em 1996 para a casa dos US\$ 30 bilhões em 2011. Os anos seguintes apresentaram montantes menores mas ainda sim bastante expressivos, com variações entre US\$ 28 bilhões e US\$ 17 Bilhões. Com relação à classe dos produtos, até o ano de 2004 a maioria dos produtos exportados eram manufaturados e a partir de 2005 há um crescimento vertiginoso da participação de produtos básicos na pauta de exportações do estado.

O gráfico a seguir é revelador quanto ao aumento exponencial do desempenho do estado do Rio de Janeiro nas exportações e o aumento da participação do estado nas exportações brasileiras a partir dos anos 2000. Esse solavanco dos produtos primários foi efetivado por meio de um planejamento territorial que incentivou e financiou grandes obras e empreendimentos de infraestrutura, logística e beneficiamento de bens primários.



**Desempenho anual do comércio exterior do Rio de Janeiro - em US\$ bilhões.**

**Fonte: FIRJAN**

O Rio de Janeiro assume um papel estratégico de acesso às rotas comerciais do Atlântico Sul, com destaque para a exportações de minério e seus derivados, proveniente de Minas Gerais e o petróleo e seus derivados. A Bacia de Campos concentra mais de 80% do petróleo *offshore* do Brasil (PACS, 2016). Além disso, a descoberta do pré-sal em 2006 colocou todo o litoral Fluminense em xeque no que diz respeito à intensificação da exploração de petróleo. A esses planos, são somadas novas “vocações regionais”. Enquanto a Baía de Guanabara intensifica operações de exploração, estaleiros de manutenção de embarcações e plataformas, atividades de processamento e refino de petróleo, na Baía de Sepetiba se constitui um complexo portuário, siderúrgico e da indústria naval e de defesa que oferece suporte à exploração de petróleo e gás. As duas baías são interligadas pelo Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ).

O complexo siderúrgico e portuário na Baía de Sepetiba adquire nesse contexto a posição de uma engrenagem central, com destaque para o Porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba; porto industrial e também porto concentrador de cargas e contêineres – *hub port*), Porto Sudeste (porto escoia 50 milhões de toneladas de minério de ferro *in natura* por ano e encontra-se em fase de ampliação, e passará a exportar 100 milhões de toneladas/ano) e o porto da Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) que exporta 5 milhões de toneladas de barras de aço por ano, Gerdau, Usiminas, terminal de Guaíba (Vale S.A) dentre outros empreendimentos. Esse complexo na Baía de Sepetiba está integrado às infraestruturas multimodais (rodovias, ferrovias e hidrovias) e constitui os eixos *interoceânico central* e *eixo Mercosul-Chile* da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Os projetos de industrialização da Baía de Sepetiba tiveram seu início durante a ditadura militar quando é proclamada a meta de crescimento acelerado e se propõe o projeto *Brasil Grande Potência*. De lá pra cá, uma série de empreendimentos vem sendo implementados no entorno da baía, que com a chegada da Companhia Ingá Mercantil<sup>6</sup>, Porto de Itaguaí (antigo porto de Sepetiba), Casa da Moeda, Consígua, dentre outros

---

<sup>6</sup> A primeira indústria às margens da baía foi a Companhia Mercantil Industrial Ingá, implementada na Ilha da Madeira, bairro de Itaguaí, em 1962. Em 1998 a empresa decretou falência e os diques de contenção de rejeitos pararam de receber manutenção. Eis que em 2002, em decorrência de fortes chuvas houve um transbordamento do lixo químico do dique da companhia em direção a Baía de Sepetiba. No ano seguinte, o dique se rompeu contaminando a baía com uma montanha de 3 milhões de toneladas e uma bacia de 200 milhões de litros de água contaminadas com metais pesados, como arsênio, chumbo, zinco e cádmio. A descarga desses metais pesados arrasou a fauna, flora e a vida das pessoas.

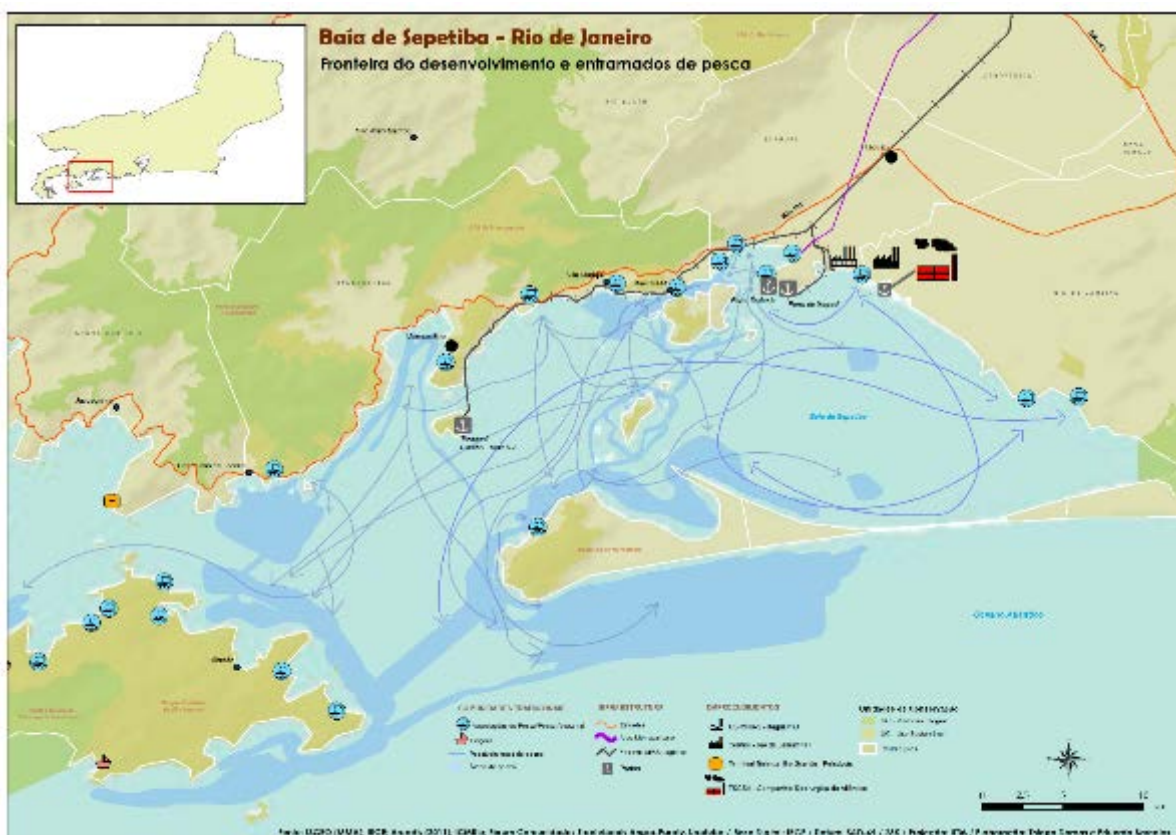
passou a ser concebida como área cuja “vocação”   industrial. No entanto, a partir do século XXI há uma redefini o na política industrial da região e um crescimento vertiginoso de plantas industriais e amplia o de estruturas pré-existentes a serviço do *consenso das commodities* (SVAMPA,2013)<sup>7</sup>.

Com o avanço dos territórios corporativos de grandes projetos no espaço Fluminense, a infraestrutura portuária e os complexos que se estabelecem ao redor dos portos são fundamentais na constru o dos espaços de globaliza o, afinal o Brasil e o Rio de Janeiro adotam uma estratégia onde a primazia dos fluxos para o mercado externo   condi o fundamental para a acumula o. Sob o discurso do desenvolvimento, da moderniza o e da necessidade de integra o às cadeias globais de valor para fins de acumula o e gera o de investimentos, o avanço dos grandes projetos   avassalador, pois redefine e reconfigura territórios com impactos diretos sobre a vida dos sujeitos que ali vivem.

---

<sup>7</sup> A expressão se refere   uma nova ordem econ mica, política e ideológica, sustentada pelo boom dos preços internacionais de matérias primas e dos bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e potências emergentes. Além da dimensão econ mica, o consenso das commodities carrega também uma carga político-ideológica que a América Latina   um lugar por excelência para a extra o de recursos naturais para suprir   demanda global, reforçando um imaginário de voca o extrativista que nos remete   coloniza o.

Trata-se de uma *situação de fronteira*, ou seja, o lugar do encontro, do conflito, da instabilidade, situação que é constantemente produzida pelas engrenagens do sistema. A fronteira é “o território dos arcaísmos mais desumanizadores” (MARTINS, 2014), onde mundos são violados e modos de vida são arrancados à força. Na fronteira, os Estados e as grandes corporações investem em projetos de grande envergadura, oferecendo condições ótimas para o capital atualizar sua marcha expropriatória e amortizar suas cíclicas crises de sobreacumulação.



**Baía de Sepetiba – Rio de Janeiro: Fronteira do desenvolvimento e entramados de pesca.**  
 Elaboração: Eduardo Barcelos e Thiago Damas

### O caso ThyssenKrupp companhia siderúrgica do atlântico (TKCSA) em Santa Cruz

Projetada para ser a maior siderúrgica da América Latina, a TKCSA, um investimento de R\$ 16,64 bilhões, dos quais 2,3 bilhões foram financiamento do BNDES, ocupa uma área de 9km<sup>2</sup> no Distrito industrial de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro e possui capacidade para produzir 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano. A

produção do complexo siderúrgico está totalmente voltada para exportação, atendendo a outras unidades da ThyssenKrupp<sup>8</sup>, onde 80% da produção vai para os Estados Unidos e 20% para a Alemanha (ThyssenKrupp, 2015).

O produto da siderúrgica, o aço, é feito a partir de quatro etapas principais: 1- A transformação do carvão em coque na chamada coqueria; 2 - a combinação do minério de ferro com o coque, no alto-forno, produzindo o ferro-gusa; 3 - a retirada de carbono e outras impurezas, criando o aço a partir da gusa líquida, na unidade chamada aciaria; e 4 - o lingotamento, que é a transformação do aço em placas, produto final da siderúrgica (LOPES, 2013).



**Localização TKCSA. Fonte: Google**

A planta industrial conta com uma usina termoeletrica (que gera 490MW de energia elétrica, alimentada por cerca de 4 milhões de toneladas de carvão), uma unidade de separação de ar, pátio de estocagem, coqueria, sinterização, dois altos-fornos, aciaria e lingotamento contínuo, pátio de preparação de escórias, sistema de captação, tratamento e distribuição de água, uma fábrica de cimento da Votorantim, além de ramais ferroviários

---

<sup>8</sup> As empresas Thyssen e Krupp se fundiram em 1998 formando um poderoso grupo empresarial alemão do aço. As empresas contam com a expertise de dois séculos atuando no ramo da siderurgia, sendo a Krupp fundada em 1811 e a Thyssen em 1867. Vale destacar que o Brasil deixa sua condição de colônia em 1815 enquanto a Krupp já produzia aço e parte das matérias primas saíam de colônias na América Latina. Hoje o grupo empresarial segue colonizando as periferias do capitalismo mundial, como acontece no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro com a presença da TKCSA no bairro de Santa Cruz.

operacionalizados pela MRS Logística e um terminal portuário próprio (composto por uma ponte de acesso de 4km que atravessa o manguezal e um píer de 700m) que possui dois berços de atracação, um para recebimento das matérias primas (carvão e coque), e outro para exportação das placas.

Até o início de 2016, as ações majoritárias da Companhia Siderúrgica do Atlântico pertenciam à ThyssenKrupp Steel (73,13%) e à Vale S.A (26,87%). Em maio do mesmo ano, a Vale S.A informou a venda de sua parte da empresa para a acionista majoritária por um preço simbólico de US\$ 1,00. O negócio foi anunciado pela mineradora brasileira como parte de um planejamento da empresa, que visava simplificar o seu portfólio de ativos. No final de fevereiro de 2017, a empresa argentina Ternium (acionista da Usiminas) anunciou a compra integral das ações da TKCSA por aproximadamente R\$ 5,84 bilhões (pouco mais de um terço do valor da siderúrgica). A negociação segue em andamento, possuindo uma dívida com o BNDES (que financiou 18% do empreendimento) a ser transferida para a nova proprietária.

Antes de se instalar no Rio de Janeiro, as acionistas da empresa tinham o objetivo de construir o empreendimento em São Luís do Maranhão. No entanto, as empresas encontraram forte resistência e mobilização de ambientalistas, sindicatos, moradores/as, pesquisadoras/es, movimentos sociais e Ministério Público, que articularam uma forte frente de luta contrária a instalação do polo siderúrgico, movimento chamado Reage São Luís.

O estado do Rio de Janeiro, em meio a estratégia de reestruturação produtiva para atender o mercado das *commodities* negociou a vinda da siderúrgica para Santa Cruz. O canteiro de obras se iniciou em 2005. A inauguração da TKCSA foi em 2010 e a empresa iniciou suas atividades sem licença de operação. O complexo siderúrgico não se adequou à legislação ambiental brasileira e contou com dois termos de ajustamento de conduta (TAC), sendo o primeiro de 2012 à 2014 e o segundo de 2014 à março de 2016. Somente em novembro de 2016 é que a TKCSA recebeu sua licença de operação.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) prevê que licenças sejam garantidas ao empreendedor, à medida que ele cumpra os estudos técnicos exigidos e as medidas de compensação estabelecidas. A aquisição das licenças é um rito processual tripartite onde: a Licença Prévia é concedida na fase preliminar do projeto (após apresentação do EIA/RIMA); a Licença de instalação é concedida para autorizar as obras

do empreendimento; e a Licença de Operação permite o funcionamento do empreendimento, caso tenha cumprido integralmente as medidas mitigadoras e compensatórias levantadas nos estudos de impacto ambiental. O rito processual exigido pelo CONAMA não foi cumprido pela TKCSA. A empresa operou durante seis anos (2010-2016) de forma fraudulenta, através de acordos escusos e termos de adequação que não foram integralmente cumpridos.

Desde a fase de implementação do complexo siderúrgico, os problemas ambientais e conflitos territoriais gerados são muitos e de diversas naturezas. Desde então, movimentos sociais, pesquisadoras e pesquisadores, sindicatos, pescadores e pescadoras artesanais, agricultoras e agricultores familiares, moradoras e moradores de Santa Cruz vem se articulando através do movimento #PareTKCSA<sup>9</sup> e denunciando (nacional e internacionalmente) as violências, os impactos e o descaso que a siderúrgica trouxe para a Baía de Sepetiba (e para as pessoas que nela vivem) e para o bairro de Santa Cruz.



### **Chuva de prata e dor: Danos à saúde coletiva dos moradores de Santa Cruz**

Em agosto de 2010 um episódio conhecido como *Chuva de Prata*<sup>10</sup> afetou diversas pessoas na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no bairro de Santa Cruz. Tal episódio, onde uma poeira metalizada foi emitida pela siderúrgica e adentrou as casas e pulmões dos moradores, foi resultado do primeiro dia da TKCSA. Em 2012, durante a Rio+20 a mesma chuva de prata ainda caía sobre os moradores e era denunciada na Cúpula dos Povos. Hoje, mesmo que mais fina, ela continua a impactar não só os moradores de Santa Cruz como de toda Região Metropolitana.

---

<sup>9</sup> O movimento possui um vasto registro de memória, reportagens e relatórios do conflito com a TKCSA em: [www.paretkcsa.org](http://www.paretkcsa.org)

<sup>10</sup> Os moradores e moradoras de Santa Cruz, especialmente da Avenida João XXIII (vizinhos diretos da siderúrgica) foram surpreendidos/os por um material particulado brilhoso que caía como uma chuva sobre suas casas e seus corpos. Em denúncia, moradores e moradoras batizaram o ocorrido de Chuva de Prata.

Um estudo elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2012), constatou, a partir do monitoramento do ar feito pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), um aumento de mais de 1000% de ferro (Fe) no ar em relação aos teores encontrados antes do início das atividades da TKCSA. Além disso, a chuva de prata também apresentava outros elementos químicos em sua composição como o Silício (Si), Enxofre (S), Manganês (Mn) e Magnésio (Mg). O estudo aponta também para os sintomas provocados pela inalação desse material particulado, dentre eles: febre, gosto metálico, tosse, fraqueza, dores musculares, irritação na pele e nos olhos, ulceração e anormalidades na córnea como descoloração. Só em relação ao manganês, quando em excesso no organismo, pode causar efeitos tóxicos diversos, sendo os mais preocupantes a nível do sistema nervoso central.

A chuva de material particulado teve três momentos críticos. O primeiro foi em agosto de 2010, durante a primeira fase de operação da siderúrgica. Na ocasião, o ferro-gusa produzido no Alto-Forno 1 *foi vertido nos poços de emergência, instalados em área aberta e sem controle, resultando na emissão do material particulado* (PACS,2017). O segundo momento crítico foi em dezembro do mesmo ano. Em meio as festividades de natal, nos dias 25 e 26 de dezembro a TKCSA lançou ferro-gusa nos poços de emergência do Alto-Forno 2, similarmente ao que ocorrera com o Alto-Forno 1 e os moradores e moradoras de Santa Cruz foram “presenteados/as” com mais uma *Chuva de Prata* tóxica, que fez do natal de 2010 um inferno para aquelas pessoas<sup>11</sup>. O terceiro momento crítico foi em agosto de 2012, agora envolvendo a Siderúrgica em plena operação.

As principais queixas de saúde feitas de maneira recorrente pelos moradores de Santa Cruz foram de dermatites, irritações nos olhos, pele e mucosas, problemas respiratórios e cardiovasculares diversos. Inúmeras denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público e a autarquias federais competentes (como o INEA). Essas denúncias ganharam repercussão e surtiram efeito, causando constrangimento à TKCSA que recebeu sanções administrativas, exigência de realização de medidas compensatórias de

---

<sup>11</sup> Depois do ocorrido com o Alto Forno 1, o INEA e o Ministério Público do Rio de Janeiro exigiram que para operação do Alto Forno 2 era preciso realizar medidas emergenciais e mitigadoras, além da realização de uma auditoria para a partida de outro forno. Na teoria, Alto-Forno 2 deveria operar com total segurança para a comunidade do entorno e atender a legislação ambiental vigente. No entanto, na prática, o interesse econômico da empresa foi mais urgente e o INEA autorizou a operação do Alto-Forno 2, decisão ratificada pelo então governador Sérgio Cabral sob a justificativa de que *o atraso da operação trariam injustificados prejuízos econômicos que extrapolariam o território nacional*. (PACS,2017)



cunho coletivo e pagamento de multas<sup>12</sup>. No entanto, em nenhum momento a operação da TKCSA foi paralisada por violações aos moradores e à legislação brasileira e nenhum morador ou moradora fora devidamente indenizado/a. O descaso da empresa com a população local foi tamanho que depoimentos de moradores foram registrados pelo jornal *O Globo*, e tais registros nos trazem a dramaticidade da situação:

A dona de casa Sueli Barreto, que mora em frente à usina, é uma das que ainda se queixam da “chuva de prata”. Ela que reside ali há 58 anos, diz ter desenvolvido rinite alérgica após a chegada da siderúrgica e sofre com dor de cabeça toda vez que varre a casa. – Todo dia tenho que limpar a casa com um pano úmido porque, se uso a vassoura, o pó sobe e eu começo a ter dor de cabeça – diz Sueli, mostrando as mãos com um pó preto e pequenos pontos brilhantes, após passa-las sobre o parapeito da casa. A também dona de casa Rosimeri Almeida, moradora da região há 17 anos, guarda uma série de receitas médicas com os remédios prescritos para atenuar inflamações na pele, nos olhos e nos ouvidos que começaram a pipocar após o funcionamento da TKCSA. No pico das queixas, ela chegou a tomar oito medicamentos. Ela admite que a quantidade de pó emitido pela usina diminuiu de uns tempos pra cá, mas afirma que ainda sofre com os problemas: - Eu choro de tristeza. A empresa só vai sentir na pele o que estamos passando quando esses empresários morarem aqui – diz Rosimeri, que ainda guarda num vidro o pó recolhido dos móveis da sua casa. (Jornal O Globo, 04/05/2014)

Quantas são as Suelis e Rosimeris? Que corpos são esses? São corpos que pagam por um modelo de desenvolvimento imposto às regiões mais pobres do Brasil que é típico da forma como o capitalismo se constrói nas regiões periféricas da economia mundial. Os locais estratégicos para abertura/esgarçamento de fronteiras e territorialização do capital apresentam mão de obra barata, possibilidade de super-exploração dos corpos e da natureza e baixíssimo custo com relação aos danos ambientais. No caso de Santa Cruz são corpos majoritariamente de mulheres negras, que são donas de casa e estão o tempo todo do dia em contato com os rejeitos tóxicos, varrem suas casas mais de uma vez por dia para tirar a imundice expelida pela siderúrgica, respiram em seus cotidianos o pó tóxico da TKCSA, adoecem e morrem. Em uma população de aproximadamente 217.000 habitantes, 142.748 são negros e desse montante 73.325 são mulheres, conforme aponta o censo do IBGE de 2010:

### População de Santa Cruz – Rio de Janeiro

<sup>12</sup> Durante a trajetória de funcionamento da TKCSA, inúmeras multas foram emitidas pelo INEA e outras autarquias públicas em função de danos ambientais e conduta inadequada. No entanto, diversas dessas multas foram negociadas pela empresa, que, ao invés de pagá-las, realizou obras em praças, em instituições de ensino e saúde e atividades de propaganda. Todas as obras realizadas pela siderúrgica (como suposta contrapartida às multas) possuem placas, *banners*, e *outdoors* com o slogan da empresa. Servem como elemento legitimador para o empreendimento em Santa Cruz.

	<b>Branços</b>	<b>Amarelos</b>	<b>Negros</b>
<b>Mulheres</b>	38.246	1280	73.325
<b>Homens</b>	33.881	931	69.423

Fonte: IBGE Censo 2010

Trata-se de uma população residente de baixa renda que recebe uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais, caracterizando uma *zona de sacrifício*, como se pode observar no caso da TKCSA e seu avassalador poder de destruir a vida. Na cidade do Rio de Janeiro, assim como na maior parte do Brasil, quando os territórios corporativos geram as *zonas de sacrifício*, o sacrifício não está associado apenas à classe social, mas também a cor da pele. Intrinsecamente o Estado brasileiro (e sua associação com as empresas) estabelece o corte racista uma vez que expõe a morte e multiplica o risco de morte, as enfermidades, a contaminação, a expulsão e rejeição aos negros e indígenas. Trata-se portanto de um racismo institucional e operacional que é a condição de aceitabilidade para produzir a baixo custo. E esse racismo, herança colonial, se manifesta em múltiplas escalas, desde a Divisão Internacional do Trabalho até as casas de dona Sueli e Rosimeri.

Se há diferença nos graus de exposição das populações aos males ambientais, não é decorrência de nenhuma condição natural ou causalidade. Trata-se de processos sociais e políticos que distribuem de forma desproporcional os proveitos e rejeitos. Existem mecanismos pelo qual sociedades economicamente e socialmente desiguais destinam a maior carga de rejeitos e danos ambientais do “desenvolvimento” às populações de baixa renda, marginalizadas e mais vulneráveis. O racismo é um desses mecanismos. É por isso que movimentos por justiça ambiental (que denunciam também o racismo ambiental) vêm se articulando, sobretudo a partir da década de 1980. Em Santa Cruz, a campanha #PareTKCSA vem encampando essa bandeira.

### **Contenções: Zonas de exclusão de pesca e a barragem do rio São Francisco**

A TKCSA implementou na Baía de Sepetiba um terminal portuário próprio composto por uma ponte de acesso de 4km que rasga o manguezal e um píer de 700 metros que congrega dois berços de atracação, um para recebimento de matérias primas

para o funcionamento da siderúrgica e outro para exportação das placas de aço. O terminal se apropriou de uma grande extensão da faixa litorânea e suprimiu vastas áreas de manguezal para acomodações de suas instalações. Além disso, se estabeleceu uma área marítima para o fundeio e circulação das embarcações e áreas para reparo de embarcações e rotas de circulação e armazenamento de carga. Sem contar as obras de implementação e as atividades operacionais que de forma recorrente realiza dragagens na baía.

Para garantir a implementação da infraestrutura e a circulação das atividades portuárias, a TKCSA estabeleceu “zonas de segurança”, ou seja, áreas onde, por motivo de segurança, são proibidos o tráfego e fundeio de embarcações que não estejam sob responsabilidade da empresa. Essas “Zonas de Segurança” são, ao mesmo tempo, *Zonas de exclusão*, pois atingem em cheio cotidianos de quem vive no mar, sobretudo pescadores e pescadoras, marisqueiras e marisqueiros, que em suas pequenas embarcações são impedidas/os de realizar seus itinerários de pesca.

Em nome da segurança (da empresa) essas *zonas de exclusão de pesca* beneficiam os interesses da TKCSA e deterioram as condições de vida dos povos das águas. Esse mecanismo garante a concessão de exploração (o uso corporativo das águas) e barra, contém, obstrui outras atividades, ou seja, deixa de fora a possibilidade de existência de outros sujeitos, impossibilitando outros usos do território.

Essas contenções vem sendo constantemente produzidas pelos *territórios corporativos*, uma vez que não interessa (pelo menos de forma explícita) para as empresas a anulação total de outras formas de vida pré-existentes à chegada dos empreendimentos. É preciso vender a imagem de uma coexistência harmoniosa entre empreendimentos e populações locais, afinal a “responsabilidade social” das empresas é um discurso que (assim todo discurso) é, também, prática e se faz presente no mundo dos negócios. Tendo em vista essa “responsabilidade”, promover medidas de contenção em nome da segurança, é fundamental. A empresa cria então “zonas de segurança” para evitar acidentes envolvendo pescadores e garante, com “responsabilidade”, que as atividades de pesca sejam realizadas fora dos territórios corporativos. Nessas circunstâncias, a implementação do complexo portuário-industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico é considerada um sucesso.

Quaisquer alterações em aspectos naturais da Baía de Sepetiba representam transformações proporcionais em outros mundos e cotidianos, sobretudo no que diz

respeito aos povos das águas. Em linhas gerais, a pesca artesanal é constantemente impactada pelas *zonas de exclusão* estabelecidas pelos territórios corporativos e pela destruição que promovem na fauna e flora local, alterando drasticamente as condições de existência pretéritas.

Outro episódio marcante de contenção da TKCSA à pesca artesanal foi a instalação, em 2015, de uma barragem para captação de água no canal do rio São Francisco. A construção da barragem foi autorizada e publicamente justificada com a finalidade de captação de água para os empreendimentos industriais da região, sobretudo numa época de estiagem e da “crise hídrica” que o estado do Rio de Janeiro atravessava, com baixas significativas na bacia do rio Guandú, principal fonte de abastecimento hídrico para a cidade do Rio de Janeiro.

A instalação da barragem foi requerida pela Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz (AEDIN)<sup>13</sup>, uma articulação de empresas da qual a TKCSA é peça importante, por se tratar da empresa de maior envergadura e por se localizar às margens do Canal de São Francisco. *No requerimento apresentado ao Inea, alega-se que o projeto de instalação da barragem visa atender o problema de captação de água não só da TKCSA, mas também de Gerdau, Furnas e FCC (PACS, 2017).* Sob a alegação da natureza emergencial da obra, os estudos apresentados antes da emissão da autorização negligenciaram os impactos sobre a pesca e os impactos sobre a fauna e flora locais. Somente levaram em consideração a engenharia da obra e as alterações hidrodinâmicas. Com a barragem erguida os pescadores e pescadoras foram impossibilitados/as de acessar a Baía de Sepetiba. O principal canal de acesso fora bloqueado para fins corporativos.

Diante da impossibilidade de existir enquanto pescadores e pescadoras, muitos protestos foram realizados, ocupações do canteiro de obras com embarcações de pesca. Além disso, foi encaminhada uma ação civil pública em conjunto com a defensoria pública do Rio de Janeiro, representando o interesse coletivo da comunidade pesqueira de Santa Cruz contra a AEDIN, objetivando a retirada da barragem para garantir o livre acesso à Baía de Sepetiba.

A judicialização do conflito cavou uma trincheira fundamental para a resistência dos povos das águas de Santa Cruz. A justiça reconheceu os danos que a barragem trouxe

---

<sup>13</sup> Além da TKCSA, o grupo conta com diversas outras indústrias, como, por exemplo, a Casa da Moeda, Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC), Furnas, Gerdau, Michelin, etc.

à comunidade pesqueira e, em dezembro de 2016, encaminhou exigências formais às empresas, como: 1) a exigência de uma prova pericial referente à barragem, a ser elaborada por perita indicada pelo juiz e paga pela AEDIN e pelo Estado do Rio de Janeiro. 2) Antecipação de reparos financeiros pagos pela AEDIN a 60 pescadores<sup>14</sup>. No início de 2017, por descumprimento de acordos e pressão popular e da justiça, a Aedin retirou a barragem do canal do São Francisco<sup>15</sup>, garantindo aos pescadores o acesso à Baía de Sepetiba. Essa foi uma vitória importante da comunidade pesqueira de Santa Cruz.

### Regimes de desapropriação

Só café tinha dez pé de café. Tinha figo, que nós já tava usando fazendo doce né... tinha figo, tinha almeirão, tinha inhame, quiabo, abóbora, maxixe, goiaba. Tinha muita goiaba. Aí chegou sem dó, sem piedade passou a máquina em cima de tudo, até a minha cerca nova que eu tinha acabado de fazer eles tirou tudo. Destruíu tudo. Essa tela que tá alí já foi eles que botaram. A minha mesmo eles derrubaram, jogaram tudo no chão. Eu vendo aquilo tudo só fazia é chorar mas não podia falar nada, né? Eles passando as máquina em cima, destruíu as plantaço todinha que era o nosso ganha pão, que ele vendia. Milho, maxixe, quiabo, tudo ele vendia na rua. É que eu vim pra aqui de pequena né, desde pequenininha, então desde pequena que eu gosto de fazer essas coisa. Quando eu vejo, não posso ver uma terra e eu já saio plantando. (Izabethe Evangelista, dona de casa, moradora da reta João XXIII em Santa Cruz. Depoimento dado ao documentário 'Meu jardim não é usina'. Realização: PACS, 2010)

Considero que qualquer executivo na minha posição se sentiria orgulhoso de poder levar adiante um projeto dessa envergadura, de enorme impacto socioeconômico em todo o estado. O que me deixa pessoalmente ainda mais satisfeito é o cuidado que o projeto dispensa aos temas sociais, como o efeito que causará na vida das pessoas que possuem atividades ou residem nas imediações do complexo siderúrgico. Para essas pessoas, sejam pescadores, pequenos industriais ou moradores, estamos desenvolvendo programas específicos de apoio e integração às nossas atividades, envolvendo inclusive a capacitação da mão-de-obra local. Tudo isso e mais a grandiosidade do projeto, que exige de todos nós uma gestão atenta, nos traz muita satisfação, tanto pessoal, quanto profissional. (Aristides Corbellini, diretor-Presidente da TKCSA e executivo do grupo Thyssenkrupp desde 1989, em entrevista para revista Construir, nº45, 2008)

No local onde se instalou a TKCSA viviam 75 famílias ligadas ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas famílias já estavam acampadas há cinco

---

<sup>14</sup> Segundo relatos de moradores, a justiça reconheceu apenas 60 pescadores para receber reparos financeiros pelo tempo que tiveram a pesca inviabilizada. No entanto, se somados os pescadores e pescadoras que não foram reconhecidos/as legalmente, a conta passaria de 100.

<sup>15</sup> A empresa demoliu a barragem mas não fez a retirada adequada do entulho, deixando o canal de acesso em condições ruins, sobretudo em momentos de maré baixa. Vergalhões e outros detritos ficam expostos oferecendo riscos aos/as pescadores/as e suas embarcações.

anos e existiam no seu fazer com a terra, produzindo diversas culturas e dali tiravam seu sustento. Com o desfecho do acordo entre o estado do Rio de Janeiro com a Vale S.A e a ThyssenKrupp, um local onde se produzia vida e se lutava por reforma agrária foi aniquilado pelo complexo siderúrgico. As famílias foram expulsas à força e aqueles que apresentaram maior resistência ao processo de desapropriação foram constantemente ameaçados. Diversas dessas famílias perderam a esperança da vida digna, foram literalmente despedaçadas pelo interesse privado e pela sanha desenvolvimentista da acumulação capitalista.

Além desse episódio outras formas de desapropriação foram sendo constantemente produzidas pela empresa. A área onde se instalou a empresa também era lugar de roçado. Famílias que moravam em Santa Cruz tiravam da terra alimentos para colocar em suas mesas e complementar a renda. O caso de dona Elizabeth, cujo depoimento faz epígrafe a esse tópico, ilustra tamanha violência que a empresa constitui seu território. A cerca, recentemente construída por dona Elizabeth fora destruída pelas máquinas a serviço da TKCSA e deu lugar a telas e placas que demarcavam a propriedade privada da empresa.

Trata-se de uma *violência histórica-estrutural* (BARTRA, 2016) que segue sendo reproduzida pelo capitalismo, algo que remonta a gênese do capitalismo com o cercamento dos campos e encontra na “sociedade moderna” novos dispositivos técnicos e mecanismos de dominação. Trata-se de um sistema violento por excelência, pois para garantir a acumulação e seu funcionamento necessita de elementos que lhe são exteriores (pelo menos em um primeiro momento) e ao mesmo tempo constitutivos: a natureza e os sujeitos em suas diversas formas de vida. Portanto, é preciso disciplinar os corpos para a reprodução de mão-de-obra, homogeneizar as formas de vida sob o signo da modernidade e transformar a natureza em *commodities* para circular no mercado financeiro. Essa incorporação de exterioridades reproduz arcaísmos perversos e violentos desse sistema.

Além dos cercamentos, a ThyssenKrupp CSA, para se estabelecer no terreno doado pelo Estado, realizou uma obra desviando a rota do canal do São Fernando (rio que dá nome a um grupo de casas próxima a Reta João XXIII), que atravessava o terreno concedido à empresa e desaguava na Baía de Sepetiba. Depois da intervenção da empresa, o canal deixou de desaguar na baía. Resultado: entre 2006 e 2012, o conjunto habitacional São Fernando foi inundado por uma série de 36 enchentes. Diversas casas ficaram

alagadas e moradoras e moradores perderam seus móveis e eletrodomésticos. Nos períodos de fortes chuvas e enchentes, os moradores saíam de suas casas e salvavam o que dava, se alojando em casas de parentes em outros lugares. Os que não tinham para aonde ir, eram abrigados em igrejas e escolas.

(...) quando a maior das enchentes aconteceu, e dezenas de pessoas ficaram temporariamente desalojadas, a CSA enviou colchonetes e bombas de drenagem ao local. De acordo com a comunicação da empresa, esse foi um gesto de boa fé, mas não implicou em admissão de qualquer responsabilidade pelo ocorrido. (PACS, 2017)

Após diversos episódios de enchente, as moradoras e moradores se manifestaram e fizeram diversas denúncias sobre os alagamentos, exigindo da empresa responsabilização e reparações àquelas pessoas que frequentemente perdiam tudo que tinham em suas casas. A empresa assinou um acordo de cooperação com o INEA, contruiu uma Estação de Tratamento de Esgotos em São Fernando, mas apresentou um relatório que tirava da empresa qualquer responsabilidade com relação às enchentes. A equipe do PACS registrou um depoimento de um morador que nos é bastante elucidativo no que diz respeito ao total descaso e irresponsabilidade da TKCSA:

Eu moro em São Fernando desde 1982 e eu nunca tinha visto alagar. Quer dizer, só em 1996, mas aconteceu no Rio de Janeiro inteiro. Sabe por quê? Porque antes a água tinha onde escoar. Antes da obra [da estação de tratamento de esgoto] quando o Guandu enchia, a água não tinha para onde ir e voltava para nossas casas. Alagou várias vezes. Aliás, já alagou até em dia de sol, basta o rio encher. A gente está nas casas, mas não está seguro. Mesmo com a obra, a gente espera o tempo de chuvas com medo. E eles não admitem responsabilidade por nada. (Morador de São Fernando, registrado em PACS, 2017)

O descaso da TKCSA gera indignação nos moradores de São Fernando que exigem da empresa as devidas indenizações pelos patrimônios perdidos. Além das consecutivas desapropriações nos casos registrados pelas enchentes, se vive com medo, conforme deixa claro o relato do morador. A empresa espolia fisicamente o território e também espolia a paz e tranquilidade das moradoras e moradores. São Fernando vive sob constante medo de mais uma chuva forte que pode levar a perdas de bens materiais e até mesmo de vidas.

### **Cooptação, intimidação e criminalização da resistência**

Desde antes do início do processo de licenciamento ambiental da TKCSA, a Vale S.A e a ThyssenKrupp contrataram consultorias para desenvolver diagnósticos, estudos e

estabelecer canais de comunicação e traçar estratégias para lidar com eventuais obstáculos legais, e também com as pessoas diretamente atingidas pelo empreendimento. Foi a partir de conversas informais e da identificação de associação de moradores e pescadores que as empresas fizeram um reconhecimento local e articularam-se com determinados sujeitos antes mesmo da empresa receber qualquer aval legal que se instalaria em Santa Cruz. Já havia uma certeza por parte das empresas que Santa Cruz receberia o empreendimento e foi feito um movimento de antecipação às resistências. Nos primeiros contratos realizados por intermediários contratados pela Vale S.A e ThyssenKrupp,

(...)foi possível verificar um aumento da constituição de grupos associados – em especial ligados à pesca artesanal – que passaram a consolidar em suas figuras os mais diversos posicionamentos sobre a instalação do complexo siderúrgico. (...) Nesse sentido, o que se observou ao longo do processo de licenciamento ambiental – em especial na fase de instalação – foi que parte significativa dos atores locais considerados legítimos para intermediar a elaboração e execução de medidas compensatórias foram identificados e eleitos à referida condição a partir, especialmente, dos estudos técnicos elaborados pela própria TKCSA. Tendo conhecimento prévio do que vinha sendo observado na região, a companhia atuou com liberdade para selecionar os interlocutores locais com os quais se constituiria canais de diálogo, em outras palavras, os que ofereceram menos obstáculos, e os demais com quem evitaria dialogar, isto é, os que apresentavam mais riscos à viabilização do empreendimento. (PACS, 2017 p.74-75)

O setor de comunicação da TKCSA foi responsável por realizar negociações diretas de apoio financeiro a determinadas pessoas, fazendo com que elas mudassem seu posicionamento frente a empresa. Essa estratégia de atuação faz parte de um amplo repertório de práticas da Vale S.A e da ThyssenKrupp, cuja finalidade é cooptar pessoas, desestabilizar a resistência ao empreendimento e garantir que os ventos soprem a favor da empresa durante os processos de licenciamento e durante a plena atividade do complexo siderúrgico. Um dos casos mais conhecidos é o caso do financiamento ao Centro de Estudos no Parque Florestal, conforme explica o registro do PACS:

Através do apoio financeiro a iniciativas educacionais do bairro, a empresa converteu lideranças contrárias ao empreendimento em aliadas. É o caso de um Centro de Estudos no Parque Florestal, apoiado pela siderúrgica há mais de dez anos. A liderança local mobilizava pessoas da vizinhança para fiscalizar e denunciar a conduta da usina. Depois de iniciado o financiamento, a pessoa reitera o discurso das relações públicas da siderúrgica: a chegada da companhia é uma benesse diante da precarização da vida no bairro, que é de responsabilidade exclusiva do Estado. (PACS, 2017 p.75)

Além do repertório de cooptação de moradores, existe um repertório mais violento, marcado por sucessivas ameaças e processos de intimidação. A postura



agressiva da empresa e de seus representantes já se fazia presente nas arenas públicas durante o processo de licenciamento ambiental. Nas audiências públicas, havia uma presença massiva de funcionários/as da companhia que, frequentemente, assediavam e hostilizavam aqueles que se posicionavam contrários a implementação do empreendimento. Os relatos e registros das audiências mostram até casos de agressão física. Com essa conduta agressiva, a empresa silenciou vozes que, por medo, preferiam não se manifestar.

A agressão também ocorre frequentemente no âmbito da vida cotidiana dos moradores e lideranças que se manifestam publicamente contra a TKCSA. Há relatos de ameaças de morte e, inclusive, articulação de representantes da empresa com a milícia<sup>16</sup> local. Esses grupos estiveram, segundo relatos, envolvidos com a “segurança” do canteiro de obras durante a fase de construção do complexo siderúrgico e atualmente atuam com métodos de intimidação que incluem telefonemas com ameaças de morte, recados cara-a-cara ou por intermediários. São mecanismos de intimidação utilizados para silenciar as vozes que denunciam os impactos e violações provocados pela empresa. As ameaças sofridas, especialmente pelos/as pescadores/as, são gravíssimas e culminaram, em 2009, no afastamento de uma liderança da pesca na Baía de Sepetiba que estava sob ameaça de morte.

Em julho de 2015, outro caso de violência envolveu os pescadores, dessa vez protagonizado pelos agentes de segurança privada da TKCSA e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Cerca de 50 Pescadores de Santa Cruz paralisaram as obras da barragem no canal de São Francisco com barqueatas<sup>17</sup>, atracando seus barcos às margens da barragem como forma de manifestação pelo direito do acesso ao território e indignação por conta de descumprimentos de acordos previamente estabelecidos pelas empresas responsáveis pela construção da barragem. A resposta veio de forma truculenta com o acionamento da Polícia Militar que retirou os pescadores a força e os levaram em viaturas para prestar esclarecimentos na delegacia.

---

<sup>16</sup> As milícias no Rio de Janeiro são grupos de extermínio, extorsão financeira e controle social com estreitos laços com o Estado, em sua maioria são formados por parlamentares, policiais, ex-policiais, bombeiros, ex-bombeiros e matadores de aluguel.

<sup>17</sup> Nome utilizado pelos pescadores para manifestação com suas embarcações

Além do uso da força e ameaças à moradores e lideranças locais, a intimidação também acontece pela via jurídica, por meio de ações criminais direcionadas à pesquisadoras e pesquisadores que, em articulação com os movimentos sociais locais, moradoras e moradores, vem desenvolvendo estudos e prestando assessoria a essas pessoas. Ações judiciais foram ajuizadas contra uma pesquisadora e dois pesquisadores (Mônica Cristina Brandão dos Santos Lima, Hermano Albuquerque Castro e Alexandre Pessoa Dias) da Fiocruz e da UERJ em virtude da publicação de estudos e relatórios que constatarem os danos à saúde coletiva da população de Santa Cruz causados pela TKCSA e outras violações promovidas pela empresa.

Outro episódio de intimidação a pesquisadoras/es aconteceu nos momentos que antecederam a votação da licença de operação da TKCSA, em setembro de 2016. O PACS em conjunto com a Justiça Global e outras entidades que acompanham o conflito desde o início, enviou uma carta apontando pontos de controvérsia no licenciamento, inclusive questionados judicialmente pelo Ministério Público. A conduta por parte da comissão de avaliação da licença foi completamente antidemocrática e consonante aos interesses da empresa, tratando o documento como uma espécie de ameaça. O documento foi encaminhado à Procuradoria do Estado para fins de avaliação e adoção das medidas judiciais cabíveis contra os grupos envolvidos. Mais uma vez, qualquer forma de manifestação contrária à TKCSA é criminalizada e os proponentes são intimidados (PACS, 2017).

A cooptação, criminalização da resistência e as constantes ameaças sofridas por aqueles que se posicionam contra a siderúrgica ilustram a relação simbiótica entre Estado-empresa no que diz respeito aos interesses regionais e nacionais de mercado. O conflito e a luta pelo direito de dizer não a projetos como esse são tratados como obstáculos que devem ser superados, seja por via jurídica, seja por constrangimentos públicos ou mesmo articulações com grupos paramilitares, ameaças de morte e em casos mais extremos, se “resolve o problema” com o extermínio.

Esse repertório de dominação reforça a conduta violenta que o Estado, os grandes projetos e seus territórios corporativos estabelecem com outras formas de vida e com as pessoas que não estão dispostas a se resignar frente a um crescimento econômico desenfreado que destrói a vida em prol da acumulação de certos grupos empresariais que jogam o jogo perverso do mercado financeiro.

## Considerações finais

O avanço dos projetos de extrativismo corporativo no estado do Rio de Janeiro, em função do alto preço das *commodities* pela intensa demanda de matérias primas nos países centrais e emergentes (com destaque para a grande demanda chinesa), trouxe consequências sem precedentes para os sujeitos que vivem nas *zonas de sacrifício*, onde a territorialização corporativa é fraudulenta e violenta, estabelece regimes de desapropriação, promove contenções, marginalizam outras possibilidades de existir em prol de projetos altamente destrutivos, que saqueiam os bens da natureza e geram rejeitos tóxicos, que atinge a saúde coletiva das pessoas. Aqueles que resistem e gritam por seu direito de dizer NÃO! a isso tudo, são cooptados, intimidados e criminalizados. Os territórios corporativos estabelecem tamanhas assimetrias de poder, que não há nenhuma possibilidade de coexistência harmoniosa com as territorialidades pré-existentes. Pelo contrário, o interesse e a estratégia de um grupo leva, inevitavelmente, a violação e expropriação do outro.

O mergulho sobre o caso da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) nos possibilitou identificar os dispositivos de dominação e as assimetrias que os projetos dessa natureza incidem sobre outras territorialidades, saberes e práticas. Marisqueiras e marisqueiros, pescadores e pescadoras, moradores e moradoras de Santa Cruz convivem com um complexo siderúrgico altamente destrutivo, que professa em seu discurso a geração de empregos, coexistência pacífica com pescadores e melhoria das condições de vida da população local, quando na verdade polui a baixíssimo custo, superexplora o corpo e a natureza, despedaça outras possibilidades de vida e, assim, garante-se competitiva entre as *global players* do aço.

Cabe destacar o papel do Estado na garantia dos interesses privatistas em detrimento dos interesses coletivos. Em especial no caso da TKCSA, a empresa funcionou durante seis anos sem obter a licença de operação, amparada por termos de ajustamento de conduta que nunca foram devidamente cumpridos. Além disso, o financiamento de 18% do empreendimento feito pelo BNDES é reflexo da magnitude e poder de investimento que o banco de fomento adquiriu, sobretudo a partir dos anos 2000. Embora os aspectos macro políticos e econômicos e as tendências geopolíticas do mercado de

*commodities*, apresentados no início desse texto e que também inicia nossas considerações finais, sejam evidentemente importantes para compreendermos a constituição dos territórios corporativos e a emergência dos conflitos territoriais, eles não são suficientes para compreendermos a dramaticidade que esses grandes empreendimentos representam na escala dos corpos, do cotidiano.

O conflito envolvendo a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) nos revelou uma série de violências, violações de direitos e o drama que é continuamente reproduzido por empreendimentos dessa magnitude e que não estão previstos em nenhum estudo técnico de impactos ambientais. O desvio do rio São Fernando que resultou em 36 enchentes no conjunto habitacional São Fernando, a barragem construída pela AEDIN no rio São Francisco, impedindo o acesso de pescadores artesanais à Baía de Sepetiba e os episódios mais críticos de emissões de chuva de prata sobre as moradoras e moradores de Santa Cruz comprovam que os grandes projetos de “desenvolvimento” produzem e reproduzem impactos e violações durante as fases de implementação do projeto e durante todo o tempo em que operam.

Trabalhar com o caso específico da TKCSA possibilitou enxergar, tanto do ponto de vista dos mecanismos de dominação, quanto na dimensão dos conflitos, as possibilidades que se abrem e as formas de reivindicação promovidas pelos sujeitos em luta. Embora o foco central desse artigo esteja nos territórios corporativos, ao mergulhar no conflito que emerge com a TKCSA em Santa Cruz, imediatamente os territórios de vida aparecem. São diversos repertórios de ações coletivas, mobilizações dos povos das águas e moradores/as de Santa Cruz que nos coloca claramente os horizontes que estão em disputa.

Na concepção dos empresários da AEDIN e FIRJAN a baía de sepetiba é um polo industrial siderúrgico-portuário, palco de ativos financeiros em potencial, que capitaliza investimentos e promove os fluxos necessários para as cadeias globais do petróleo, mineração/aço dentre outras *commodities*. Na concepção dos moradores de Santa Cruz e dos povos das águas, é o lugar onde se vive, se come, se planta, se pesca. Lugar onde as crianças brincam, vão à escola, se constituem como sujeitos. É o lugar do descanso daqueles que trabalharam o dia todo nas áreas centrais, mas também é o lugar do tempo lento, da pesca artesanal, da relação com o manguezal, com os rios, com a baía. E é desse lado que me posiciono. É com os sujeitos em luta e com compromisso crítico que somo

esforços e construo a militância cotidiana. São os territórios de vida que me trazem energia e sinalizam para outros caminhos possíveis, caminhos onde a vida seja a primazia da organização em sociedade.

## Referências

AGB, *II Caderno de textos do grupo de trabalho em assuntos agrários*. GT agrária – Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seções Rio/Niterói, 2012.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. *Pistas reflexivas para orientarnos en una turbulenta época de peligro*”, in Varios, Palabras para tejernos, resistir y transformar. Pez en el Árbol, Puebla-Oaxaca, 2011.

ARÁOZ, Horacio Machado. *O debate sobre extrativismo em tempos de ressaca: A natureza americana e a ordem colonial*. In *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

BARTRA, Armando. *Con los pies sobre la tierra*. Itaca: Ciudad de México, 2016.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DA USINA SIDERÚRGICA CSA. Referência: WO B6000/05.01. ERM Brasil LTDA, 2005.

FIOCRUZ. *Avaliação dos Impactos Socioambientais e de Saúde em Santa Cruz Decorrentes da Instalação e Operação da Empresa TKCSA*. Rio de Janeiro, 2012

FIRJAN. *Visões de Futuro: potencialidades e desafios para o estado do Rio de Janeiro nos próximos 15 anos*. Rio de Janeiro, 2014.

FIRJAN. *Mapa do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro – 2006 à 2015*. Rio de Janeiro, 2006.

FIRJAN. *Mapa do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro: As propostas da indústria para o estado crescer – 2016 à 2025*. Rio de Janeiro, 2016.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no Limite: território e multiterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2º ed. São Paulo: Loyola, 2005.

JORNAL O GLOBO, reportagem de 04/05/2014

LOPES, Vera de Fátima Maciel. *Era uma vez uma ilha de pescadores artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ)*. Tese: Vera de Fátima Maciel Lopes, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ªed. – São Paulo: Contexto, 2014.

MESENTIER, Alan. *A estratégia do Capital no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mimeo, 2010

PACS. *Baía de Sepetiba: fronteira do desenvolvimento e os limites para a construção de alternativas*. Rio de Janeiro, 2016

PACS. *Companhia Siderúrgica do Atlântico: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2012.

PACS & JUSTIÇA GLOBAL. *Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso TKCSA*. Rio de Janeiro, 2017.

SVAMPA, Maristella. *Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina*. Revista Nueva Sociedad. n.244. mar/abril, 2013. Disponível em [www.nuso.org](http://www.nuso.org).

THYSSENKRUPP CSA. *Produzindo aço hoje com a responsabilidade no amanhã*. Rio de Janeiro, 2015.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.